CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 14/06/2024 - 05:56

Projeto do aborto terá mulher na relatoria

SOCIEDADE / Após aprovação, em apenas 24s, da urgência para a tramitação, presidente da Câmara anuncia que buscará relatora capaz de fazer alterações que não avancem sobre casos previstos em lei. Protestos contra a matéria se espalharam pelo país

Lira promete "equilíbrio" para o PL sobre o aborto

» ALINE BRITO
» GIULIA LUCHETTA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou, ontem, que indicará uma deputada de centro para relatar o Projeto de Lei (PL) 1.904/24, que aumenta a pena para o aborto e o equipara ao homicídio. Ele afirmou que o texto não avançará sobre os casos previstos em lei — daí porque afirmou que designará alguém capaz de fazer alterações que resultem em um texto "equilibrado".

A pressão de amplos setores da sociedade fez com que ele desse um passo atrás para a matéria, cuja urgência de tramitação foi aprovada em apenas 24s, na sessão de quarta-feira. Dessa forma, o PL não precisa passar por nenhuma comissão.

O presidente da Câmara pautou a urgência proposta pelo deputado Eli Borges (PL-TO), líder da bancada evangélica. O projeto — cujo autor é o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), mas foi subscrito pela maioria da oposição — é uma reação à decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Ele derrubou norma do Conselho Federal de Medicina que proíbe a interrupção da gravidez por meio da assistolia fetal, mesmo em casos de estupro. A restrição imposta pelo CFM contraria o que diz o Código Penal.

O tema vinha sendo julgado pelo plenário virtual do STF. Estava 1 x 1 — Moraes se manteve contrário à determinação e André Mendonça votou favoravelmente à norma do Conselho de Medicina. Porém, o ministro Nunes Marques pediu destaque, o que leva a matéria para o plenário físico da Corte. Não há previsão de quando será analisada.

Sóstenes afirmou ao **Correio** que se reunirá com Lira dia 18 para tratar do PL. Os deputados da oposição pressionam pela votação nos próximos dias.

Reações

O cabo de guerra ideológico, porém, se intensificou. Dessa vez, são os governistas que contam com a mobilização nas redes sociais e manifestações pelo país para que o projeto não vá adiante.

"Infelizmente, o projeto já está pronto para ser votado. Lira disse que escolheria uma relatora um pouco mais razoável, menos fundamentalista. Mas enquanto significar atacar as vítimas de violência sexual, e colocá-las no banco dos réus, não há projeto possível", enfatizou a deputada Sâmia Bonfim (PSol-SP). Segundo ela, em caso de aprovação, resta tentar barrar o PL no Senado ou recorrer ao STF.

"O projeto é inconstitucional, criminoso, fruto de uma moralidade que preserva dogmas enquanto condena mulheres e meninas. É uma moralidade fruto desse extremismo político que cresce no mundo e no Brasil", reforçou o deputado Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ).

A oposição, por sua vez, não vê como o PL será votado sem os pontos colocados no texto. "Se alterar para retirar a barreira de 22 semanas, estará levando mulheres que querem abortar a dizer que foram vítimas de estupro. Hoje, o aborto é legalizado. Basta dizer que foi estuprada", argumentou o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), um dos 32 parlamentares que assinam o projeto.

"Aborto com mais de 22 meses será homicídio, feticídio. Quem é estuprada tem até 22 meses para praticar aborto, tempo suficiente", acrescentou o deputado Bibo Nunes (PL-RS), outro signatário do PL.

Manifestações

Com o mote "Criança não é mãe, estuprador não é pai", houve manifestações contra o PL, ontem, em várias cidades — como Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Recife, Manaus, Niterói (RJ), Pelotas (RS). Em Brasília, o protesto foi diante do Museu da República. O deputado distrital Gabriel Magno (PT) criticou a postura do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) — que disse que o projeto "não é matéria de interesse do governo".

"Não adianta se omitir nesse momento. Esse é um assunto do governo e é preciso que nossa base tensione para não permitir que avance. Tem que dizer com todas as letras: quem apoia esse PL está do lado dos estupradores", frisou.

Levando a filha Marina no colo, a jornalista Lívia Duarte, de 38 anos, disse que participava do ato "por um direito que minha filha possa ter garantido. E espero que ela nunca sofra violência e que precise recorrer a um aborto".

Há 32 anos no Distrito Federal, o belga Albert Ambelakiotis, 61, lamentou que "nesses últimos anos o Brasil tenha regredido em relação às pautas de costume". "(Os parlamentares) acham uma atrás da outra. Na França, há dois meses, colocaram na Constituição o direito ao aborto", lembrou.

A advogada Sara Coly, 38, observou que o PL é "absurdo, pois coloca as mulheres diante de um perigo que a gente não consegue mensurar. E a pessoa estuprada, a vítima, pode ter uma pena maior do que o algoz dela. Temos de nos posicionar".

No Rio de Janeiro, em frente à Câmara Municipal, na Cinelândia, um grupo de mulheres cercaram um pequeno caixão com flores e velas. E exibiam um cartaz com os dizeres: "Vovós em defesa de suas netas, bisnetas e contra o PL 1.904".

Giulia Luchetta/CB/D.A Press

Ato em reação ao PL foi em frente ao Museu da República, mas houve protestos em várias capitais. Mote foi um só: "Criança não é mãe, estuprador não é pai"

Mulheres mais vulneráveis

COMO É

» O Código Penal brasileiro impõe de um a três anos de detenção para mulheres que interrompem uma gravidez. Para quem realiza o procedimento, a pena sobe para quatro anos — em caso de consentimento da gestante — e para 10 anos quando não há consentimento.

» O aborto só é permitido em três situações no Brasil: 1) quando a mulher corre risco de morte e não há outro jeito para salvá-la; 2) em casos de fetos com anencefalia (ausência de cérebro ou de parte dele); e 3) e em casos de estupro.

» A pena para estupro é de seis a 10 anos de prisão, ampliada para até 12 anos, caso o crime envolva violência grave. Se a vítima for menor de 14 anos ou considerada vulnerável por algum outro motivo (como deficiência mental), a lei prevê reclusão de oito a 15 anos, ampliada a no máximo 20 anos se houver lesão corporal grave. A punição só é maior nos casos em que o crime sexual resulta na morte da vítima — o limite é de 30 anos.

COMO PODE FICAR

» O PL 1.904/24 pretende alterar o Código Penal para aumentar a pena imposta àqueles que fizerem abortos quando há viabilidade fetal, presumida após 22 semanas de gestação. Propõe igualar o aborto ao homicídio simples, que pode chegar a 20 anos. A pena valeria para as grávidas e para quem ajudar a realizar a interrupção da gravidez.

» Se o projeto for adiante, a mulher que fizer um aborto estará sujeita a uma punição mais dura do que a prevista para os estupradores.

» Segundo o texto do PL, o fato de o Código Penal não prever "limites gestacionais ao aborto" não quer dizer que os legisladores que o promulgaram, em 1940, pretendiam "estender a prática até o nono mês de gestação".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Brasil **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2025.